

# Resenhas

estar atento ao que grita

HELENA WILKE

Acácio Augusto. *Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2013, 224 pp.

Livro tenso e intenso; livro urgente pelas minuciosas análises sobre os diversos aprisionamentos de hoje, agora. Prisões fechadas e prisões a céu aberto, prisões contínuas e velozes.

Acácio Augusto, pesquisador no Nu-Sol, reflete sua força, velocidade e precisão de argumentos, seu humor, sua luta e seu anarquismo, ao longo de todo o livro, a cada passagem, a cada fluxo, a cada momento que estoura uma bomba na cara do leitor. *Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens* é uma dissertação de mestrado concluída no ano de 2009 e publicada em março de 2013 pela Lamparina, editora que nasceu com o objetivo de publicar literatura e “autores fora do padrão”, segundo quem lá trabalha e se associa. Lamparina não é apenas uma editora, pois há uma relação de amizade entre os autores que lá publicam suas obras, formando-se um ciclo que expressa sua singularidade.

*Helena Wilke é pesquisadora no Nu-Sol e no Projeto Temático FAPESP Ecopolítica, estudante de Ciências Sociais na PUC-SP. Contato: lenabw@gmail.com.*

“Como?” é a pergunta que permeia toda a obra de Acácio Augusto ao buscar compreender o funcionamento das contenções e controles elásticos de jovens hoje. Uma pergunta que se volta à política que combina repressão e participação democrática, disseminando condutas policiais, “expandindo a prisão e criando a vida encarcerada para além dos muros da prisão-prédio” (p. 22). Por meio do que recomenda a análise genealógica, esta pergunta possibilita passar por fora das tecnologias de poder, sempre atento ao que escapa e ao que surge frente a lutas intermináveis.

A pesquisa parte do projeto Pró-Menino: Jovens em Conflito com a Lei, da Fundação Telefonica – empresa instalada no Brasil desde 1999 –, desdobramento do programa *Proniño*, com sede na Espanha. É por meio desse projeto que o autor minuciosamente explicita como se dá a elastificação da prisão para a qual contribuem e participam empresas, ONGs, governos, além de seus próprios alvos de contenção e controle: os jovens que constituem algum tipo de ameaça à ordem, enovelados em uma tecnologia que, além de repressora, funcionando de cima para baixo, comanda funcionalidades horizontais dos efeitos positivos do poder que produz, fabrica, incita.

Para tanto, o autor se volta ao tempo em que a rua era um lugar sem governo. Tempo do final do Império no Brasil, expansão e consolidação das cidades, o que fazia das ruas um lugar de negros fugitivos, estabelecendo, pela primeira vez, as fases da infância para efeito de responsabilidade penal. Augusto mostra como a preocupação de eliminar das ruas o insuportável produz a filantropia de fazendeiros e instituições para recolherem das ruas crianças perigosas e como, na República Velha, isso se transmuta, culminando hoje nas políticas de ressocialização de crianças e jovens em

Estar atento ao que grita

meio aberto. A questão social relativa ao *menor* passou a ser, com a ditadura civil-militar, uma questão de segurança nacional a ser equacionada pela intervenção autoritária do Estado voltada para a formação de *crianças e adolescentes* – em condição de permanente desenvolvimento – para o exercício futuro da cidadania, e em meio ao período de instauração do Estado democrático de direito acabou revista no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990.

É no âmbito de políticas de inclusão social, portanto, que o projeto Pró-Menino se insere, objetivando oferecer assistência aos jovens que vivem em situação de risco ou vulnerabilidade social. Desse modo, não se destina somente a jovens considerados infratores. “Se insere em uma nova política de controles e contenções de jovens, uma política de atuação na localidade onde mora esse jovem, tenha ele cometido um ato infracional ou não, pois, se ele vive em uma situação de risco, esse *risco* significa que ele é um potencial infrator” (p. 82) e que sobre ele devem recair programas de ajustes de redução de risco e vulnerabilidades.

A partir desses novos controles, agora funcionando em meio aberto, Augusto chama atenção para a ausência de revoltas dos jovens perante as políticas penalizadoras e a disponibilidade deles para conformarem-se com sinalizações de melhorias em suas vidas, assumindo-se como seus próprios administradores de conduta, exercitando-se como polícia ao sentirem-se responsáveis por si e pelos outros no local que habitam. Desse modo, o autor situa o leitor para constatar que a prisão constitui o último de muitos adestramentos pelos quais os alvos de penalizações são submetidos e se submetem, uma vez que passam por uma série de programas normalizadores do indivíduo suspeito a fim de torná-lo obediente e produtivo.

Diferente da sociedade disciplinar, em que controles disciplinares eram introduzidos na população pela introdução de regras em espaços confinados, acoplados aos biopolíticos e de segurança, agregam-se hoje, no que Gilles Deleuze chamou de sociedade de controle, outras tecnologias de poder, não substituindo a repressão policial, instituições austeras e a vigilância, mas combinando essas práticas a outras que têm se mostrado eficientes ao longo do tempo. Houve uma metamorfose, como coloca o autor, ao indicar o processo de instauração de novas forças que se enunciam desde a Segunda Guerra Mundial, caracterizando o funcionamento das tecnologias de poder na época em que vivemos e as quais fazem de cada um o agente participativo do próprio domínio de assujeitamento.

Hoje ainda está em jogo a defesa da sociedade. Todavia, o que dever ser corrigido e normalizado é administrado no interior do regime de legalismos e ilegalismos, gerando positivities e lucratividades para o regime dos castigos e a economia política da pena, mas de outro modo. ONGs, empresas e projetos de governos e de Fundações, como a Telefônica através do Pró-Menino, mais do que conter revoltas e potências de liberdade de jovens, investem nesses indivíduos e nos locais em que vivem formando-os como unidades econômicas submetidas aos controles que pretendem formar cidadãos obedientes, crentes em adquirir melhorias. Através de políticas repressoras e de práticas que produzem subjetividades dentro de projetos como o Pró-menino é que esses jovens optam por se tornar cidadãos policiais, como consequência de uma racionalidade de acoplamento das funções policiais e controle social exercidos pela sociedade civil.

Diante das tecnologias de controle a céu aberto, ninguém é excluído, pois todos interessam. Melhor do que

excluir o infrator é reintegrá-lo, inibindo-o de cometer os denominados crimes ou contestações. Devem crer que todos participam e atuam na saúde, educação, polícia, governo... Desenvolve-se um amor à obediência, amor à condução de condutas que levem à melhoria do meio ambiente, à crença de que todo lugar pode se tornar um espaço digno para se existir. Deve-se amar a favela e protegê-la dos criminosos, dos vagabundos e dos fracassados que não conseguiram *vencer na vida* por preferirem o risco à possibilidade de tornar-se um empreendedor. Produz-se uma cultura que legítima e faz a vida encarcerada respeitável, delimita um espaço territorial com seus códigos e regras próprios, sua cultura e orgulho próprios, seus policiais e pastores próprios; alojados em *campos de concentração a céu aberto*. Para Augusto, acompanhando Passetti, as tecnologias de governo da sociedade de controle combinam e inovam em experiências de governos totalitários e de governos democráticos pós Segunda Guerra Mundial. Este outro formato de campo de concentração concilia o envolvimento de seus habitantes para o próprio progresso do local a intervenções de controle e contenção tais como o que o projeto Pró-Menino faz funcionar.

Vivemos em uma época que produz liberdades plurais, e não singulares, e que perpetuam os regimes de punições e recompensas. Ao analisar as subjetividades e novos fluxos de aprisionamento, Augusto mostra os poderes e saberes que nos atravessam, e é essa compreensão que possibilita incitar a resistir como indivíduos únicos em uma vida que permite escapar, uma vez que, como afirma o autor, sempre haverá o revoltado que não consegue suprimir sua força em obediência, que não aceita ser educado e muito menos integrado.

Não se trata de denunciar as más condições das prisões ou pedir uma justiça mais humanizada. Trata-se de compreender como se expande a vida encarcerada, a não-vida ou vida destinada à morte iminente. É preciso coragem para perceber as produções de verdade quando estas apontam para a necessidade de educar e governar as crianças e adolescentes tidas como carentes e *vulneráveis*. A análise de Acácio Augusto exige paciência para ser lida e relida, pois, quando escancara de frente os pequenos fascismos, os combate. O “como” que atravessa o livro também diz respeito à maneira pela qual são possibilitadas resistências a serem vividas e, nesse sentido, o “como” desta análise constitui-se uma resistência própria.

## a origem de um mundo, dois amigos libertários

GUSTAVO SIMÕES

Pierre-Joseph Proudhon. *Do princípio da arte e de sua destinação social*. Tradução de Antonio Padua Danesi. Campinas, Armazém do Ipê, 2009, 255 pp.

Em 1848, momento de barricadas espalhadas pelas ruas de Paris, Pierre-Joseph Proudhon e Gustave Courbet se

*Gustavo Ferreira Simões é pesquisador no Nu-Sol e no Projeto Temático FAPESP Ecopolítica, mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. Contato: gusfsimoes@gmail.com.*